

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2010/2011

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MS000121/2010
DATA DE REGISTRO NO MTE: 20/04/2010
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR018310/2010
NÚMERO DO PROCESSO: 46312.001352/2010-40
DATA DO PROTOCOLO: 16/04/2010

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, CNPJ n. 00.628.107/0018-27, neste ato representado(a) por seu Gerente, Sr(a). FLAVIA SILENE VILALBA;

E

SINDICATO DOS EMPREGADOS ASSISTENTES SOCIAIS DO FORMADOR DE PROFESSORES DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, CNPJ n. 01.534.858/0001-07, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARIA JOANA BARRETO PEREIRA;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 1º de maio de 2010 a 30 de abril de 2011 e a data-base da categoria em 1º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) Trabalhadores da FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, com abrangência territorial em Mato Grosso do Sul, com abrangência territorial em MS.**

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

A ASSEFAZ adotará, como piso salarial inicial da categoria, a importância de R\$ 600,00 (seiscentos reais)

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

ASSEFAZ concederá aos seus empregados, reajuste salarial equivalente ao percentual de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento), que deverá incidir sobre os salários a partir de 01 de maio de 2010.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DOS SALÁRIOS

A ASSEFAZ fará o crédito do valor do pagamento do salário do mês, na conta corrente de todos os seus empregados até o quinto dia útil do mês subsequente ao da competência.

Descontos Salariais

CLÁUSULA SEXTA - DESCONTO DO EMPREGADO

A ASSEFAZ ficará autorizada proceder os descontos em folha de pagamento e em rescisão contratual, dos valores relativos a itens cujos custos são compartilhados pelos empregados ou adiantados pela ASSEFAZ. Os demais, como mensalidades sindicais, empréstimos consignados e similares, poderão ser feitos, desde que previamente autorizados pelo empregado.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

13º Salário

CLÁUSULA SÉTIMA - 13º SALÁRIO

A ASSEFAZ antecipará o pagamento da 1ª parcela do 13º Salário junto com a folha de pagamento referente ao mês de junho de 2010.

PARÁGRAFO ÚNICO: O empregado que programar suas férias entre os meses de fevereiro a maio poderá optar em receber o adiantamento da 1ª parcela do 13º Salário juntamente com as férias, devendo para tanto, solicitá-lo previamente de acordo com as normas internas.

Outras Gratificações

CLÁUSULA OITAVA - ABONO

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/05/2010 a 30/04/2011

A ASSEFAZ, no mês de novembro de 2010, se compromete a efetuar análise crítica de suas

demonstrações contábeis. A ASSEFAZ, constatando por meio de estudos técnicos atuariais, resultado contábil superavitário, concederá, a seu critério, um Bônus a seus empregados, em caráter excepcional, válido somente para este Acordo Coletivo com vigência para 2010/2011.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os critérios para apuração do valor, forma de distribuição e pagamento do referido Abono serão posteriormente divulgados aos empregados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em constatando resultado contábil deficitário em suas Demonstrações Contábeis, nada será pago ou devido pela ASSEFAZ à título de Bônus, que não tem natureza salarial.

Adicional de Insalubridade

CLÁUSULA NONA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

A ASSEFAZ concederá adicional de insalubridade aos empregados que, no exercício de suas funções ou atividades, de forma habitual e permanente, estiverem comprovadamente expostos a condições insalubres, nos termos da legislação vigente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para os Médicos, Dentistas e Enfermeiros o Adicional de Insalubridade será concedido apenas quando desenvolverem atividades em contato com agentes nocivos à saúde, em limite superior de tolerância, considerados os meios de proteção, intensidade e tempo máximo de exposição, mediante laudo técnico.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O valor do adicional de insalubridade será calculado sobre o piso salarial da categoria estipulado na cláusula terceira deste acordo, com aplicação do percentual de 20% (vinte por cento), correspondente ao grau médio.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O exercício eventual ou esporádico de atividades consideradas insalubres não gera direito à percepção do adicional de insalubridade.

PARÁGRAFO QUARTO: O adicional de insalubridade não será computado para efeito de quaisquer outras vantagens, nem se incorporará ao vencimento ou salário do empregado, inclusive para fins previdenciários.

PARÁGRAFO QUINTO: A ASSEFAZ elaborará Instrumento Normativo disciplinado o pagamento do Adicional de Insalubridade.

Outros Adicionais

CLÁUSULA DÉCIMA - SUBSTITUIÇÃO DE CHEFIA

Ao empregado que substituir, durante um período igual ou superior a 10 (dez) dias proporcionais, fica garantida remuneração idêntica à do nível inicial do substituído, na proporção dos dias em que a substituição ocorrer.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A substituição somente ocorrerá nos casos de férias, licença médica e/ou afastamentos, autorizados previamente pela ASSEFAZ, não se aplicando para os casos de vacância de cargos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Todas as substituições de chefia deverão ser precedidas de ato específico emanado da chefia imediatamente superior e com autorização prévia da Presidência ou Superintendência Executiva, conforme o caso. A substituição e preenchimento dos cargos de chefia é ato discricionário da Assefaz.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - TIQUETE ALIMENTAÇÃO E/OU REFEIÇÃO

A ASSEFAZ concederá, mensal e gratuitamente, a todos os seus empregados que trabalham em carga horária igual ou superior a 36 (trinta e seis) horas semanais e 05 (cinco) dias por semana, 22 (vinte e dois) Tiquetes Alimentação ou Refeição no valor de R\$ 22,00 (vinte e dois reais) cada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O empregado poderá optar em receber Tiquete Alimentação ou Refeição, ou 50% de cada um.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Aos empregados que trabalham em carga horária igual ou superior a 36 (trinta e seis) horas semanais, durante 06 (seis) dias por semana, serão fornecidos mensalmente 26 (vinte e seis) tíquetes Alimentação e/ou Refeição.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O Tiquete Alimentação ou Refeição não terá a participação do empregado.

PARÁGRAFO QUARTO: O Tiquete Alimentação ou Refeição será fornecido em conformidade com o Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, de acordo com a legislação vigente, não tendo

natureza salarial, nem se incorporará à remuneração do trabalhador para quaisquer efeitos.

PARÁGRAFO QUINTO: A ASSEFAZ fará o crédito, de valor(es) correspondente(s), do Tíquete Alimentação ou Refeição, até o dia 26 (vinte e seis) de cada mês, salvo ocorrência de fatos alheios à sua vontade.

PARÁGRAFO SEXTO: Excepcionalmente, os empregados farão jus ao recebimento da mesma quantidade de tíquetes, por ocasião das férias, incluindo-se também afastamentos por licença maternidade e por acidente do trabalho, até o limite de 120 (cento e vinte) dias.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A ASSEFAZ fornecerá Tíquete Refeição Extraordinário, no mês subsequente ao da sua realização, para aqueles empregados que eventualmente realizem mais de 05 (cinco) horas extras nos sábados, domingos e feriados.

PARÁGRAFO OITAVO: A ASSEFAZ se reserva o direito de descontar de seus empregados o valor unitário do Tíquete Alimentação ou Refeição correspondente aos dias de faltas injustificadas.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALE TRANSPORTE

A ASSEFAZ concederá vale transporte, subsidiado, aos empregados que utilizam transporte público para comparecimento ao trabalho em sua jornada normal na forma da regulamentação própria.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O percentual de participação do empregado no custeio do benefício vale transporte será de 3,0% (três por cento) do salário nominal.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O empregado poderá optar por receber o Vale Transporte sob forma de “vale” ou em pecúnia através da folha de pagamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O benefício de transporte, seja ele em vale ou pecúnia, não tem natureza salarial, nem se incorporará à remuneração do trabalhador para quaisquer efeitos.

Auxílio Educação

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ASSISTÊNCIA À ESCOLA

A ASSEFAZ concederá Auxílio-Creche aos empregados com filho em idade de 0 (zero) a 05 (cinco) anos, e Auxílio-Escola aos empregados com filho em idade de 06 (seis) a 12 (doze) anos, tendo como limite para concessão do benefício, o referido mês em que completar a idade de 12 anos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregados posicionados nas classes salariais de 1 a 8, descritas no PCCR – Plano de Cargos, Carreira e Remuneração, serão ressarcidos em 90% (noventa por cento) do valor do recibo. Os empregados posicionados nas classes salariais de 9 a 16 serão ressarcidos em 80% (oitenta por cento) do valor do recibo, limitados sempre em R\$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco) por filho.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para fazer jus ao benefício, os empregados deverão apresentar a seguinte documentação:

a- Cópia do Contrato celebrado com a instituição escolar;

b- Recibo de pagamento original da instituição escolar, emitida pela entidade legalmente constituída na qual conste o número do CNPJ.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O benefício Reembolso Escolar não tem natureza salarial, nem se incorporará à remuneração do trabalhador para quaisquer efeitos.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PROGRAMA DE BENEFÍCIO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A ASSEFAZ concederá o benefício de assistência à saúde, com compartilhamento de despesa, de acordo com a política própria de benefícios, que tratará de forma isonômica todos os empregados da ASSEFAZ, com a instituição do Programa de Benefício de Assistência à Saúde.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A ASSEFAZ registrará na Agência Nacional de Saúde Suplementar- ANS o

Plano de Saúde para concessão do benefício aos seus empregados. Esse Plano de Saúde terá abrangência nacional e será composto da rede plena de prestadores da saúde cadastrados na ASSEFAZ. A adesão dos empregados ao Programa de Benefício de Assistência à Saúde somente poderá ocorrer após o devido registro na ANS.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As regras e condições relacionadas com a transitoriedade, adesão e desligamento do Programa de Benefício de Assistência à Saúde serão disciplinadas em Regulamento próprio, que fará parte integrante deste acordo.

PARAGRAFO TERCEIRO: É livre a adesão ao Programa de Benefício de Assistência à Saúde, entretanto, os novos empregados somente poderão se inscrever após o período de experiência, quando de sua efetivação.

PARÁGRAFO QUARTO: Os empregados que já cumpriram o prazo de experiência, terão 30 (trinta) dias, após o lançamento do Programa de Benefício de Assistência à Saúde, para efetivarem a adesão sem exigência de cumprimento de carência.

PARÁGRAFO QUINTO: Vencido o prazo disposto no parágrafo anterior, o empregado poderá optar pela adesão a qualquer tempo, no entanto ficará sujeito ao cumprimento das carências estabelecidas.

PARÁGRAFO SEXTO: Durante o período de transitoriedade, correspondente entre o início da vigência deste Acordo Coletivo de Trabalho até a efetiva implantação do Programa de Benefício de Assistência à Saúde, serão garantidas as regras vigentes no ACT 2009-2010, que corresponde a participação no custeio de 18%, 30%, 44,4% ou 62,4%, variando de acordo com a faixa salarial do cargo ocupado e faixa etária do plano escolhido.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Após a implantação do Programa de Benefício de Assistência à Saúde, os empregados inscritos em outros planos que não optarem pela adesão ao referido Programa terão seus contratos cancelados automaticamente.

PARÁGRAFO OITAVO: Em caso de desligamento de empregado, o mesmo terá que se manifestar obrigatoriamente no ato da rescisão de contrato sobre a opção de adesão a qualquer um dos planos regulamentados da ASSEFAZ, responsabilizando-se pelo seu pagamento integral.

PARÁGRAFO NONO: Estarão amparados pelo Programa de Benefício de Assistência à Saúde os dependentes diretos dos empregados da ASSEFAZ. São considerados como dependentes diretos o seguinte grupo familiar:

a) Cônjuge ou companheiro (a) na forma da Lei;

b) Filhos até a idade de 18 (dezoito) anos ou 24 (vinte e quatro) anos, desde que universitários;

c) Filhos considerados incapazes, estes sem limite de idade, que respaldado por laudo médico de invalidez, não possa exercer atividade que lhe garanta a subsistência, enquanto perdurar esta condição;

d) Menor sob guarda judicial, enquanto durar esta condição.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Para fazer jus ao benefício Programa de Benefício de Assistência à Saúde, o empregado deverá compartilhar as despesas, conforme a seguir:

a) – Participação mensal do empregado no plano de saúde correspondente a 3,0% (três por cento) do salário nominal;

b) – Co-participação nas despesas apuradas quando houver utilização do Plano de Saúde, nos seguintes termos:

b.1 - Para empregados com salário até R\$ 1.500,00

- 20% de co-participação sobre os valores pagos por consultas e procedimentos ambulatoriais, limitados ao valor de R\$ 150,00 por evento;
- Co-participação de R\$ 200,00 para os eventos realizados em regime de internação.

b.2 - Para empregados com salário acima de R\$ 1.500,00

- 30% de co-participação sobre os valores pagos por consultas e procedimentos ambulatoriais, limitados ao valor de R\$ 200,00 por evento;
- Co-participação de R\$ 300,00 para os eventos realizados em regime de internação em apartamento;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: As despesas apuradas relativas a co-participação serão descontadas através da folha de pagamento, não podendo ultrapassar 10% (dez por cento) do salário nominal do empregado, ficando eventual saldo remanescente para ser descontado nos meses posteriores, respeitado o limite mensal de desconto.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: A concessão do Programa de Benefício de Assistência à Saúde está condicionada à adesão do empregado e seus dependentes diretos que atualmente são atendidos pelos planos administrados pela ASSEFAZ.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A ASSEFAZ se compromete a acompanhar e apresentar os resultados apurados do Programa de Benefício de Assistência à Saúde, com possibilidade de revisão do percentual da participação mensal do empregado no Plano de Saúde.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: Para fazer jus aos planos de saúde administrados pela ASSEFAZ é obrigatório o pagamento de contribuição mensal, de acordo com as disposições estatutárias.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A “ Tabela de Contribuição Mensal” para os empregados da ASSEFAZ, obedecerá os seguintes parâmetros de contribuição:

Faixa Salarial Contribuição do Empregado(a)

Até R\$ 2.000,00 R\$ 5,00

De R\$ 2.00,01 a R\$ 7.000,00 R\$ 10,00

Acima de RR\$ 7.000,00 R\$ 30,00

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AUXÍLIO FUNERAL

Na apólice de Seguro de Vida em Grupo contratada pela ASSEFAZ contemplará a concessão de auxílio para custeio das despesas com funeral no valor limite de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), mediante comprovação de despesas junto à Seguradora, em caso de falecimento do empregado.

Seguro de Vida

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO

A ASSEFAZ concederá aos seus empregados, gratuitamente, o benefício Seguro de Vida em Grupo, conforme critérios estabelecidos na apólice de seguro coletivo contratado.

Outros Auxílios

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CAFÉ DA MANHÃ

A ASSEFAZ concederá aos empregados café da manhã, composto de café, leite, pão e margarina.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O café da manhã não terá natureza salarial, não se incorporando à remuneração do trabalhador para quaisquer efeitos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O horário estipulado para o café da manhã é o compreendido entre as 07h30 e 08h00, quando impreterivelmente o mesmo será encerrado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - UNIFORME

Fica assegurado o fornecimento gratuito de uniforme aos empregados, dos quais seja exigido o seu uso.

Empréstimos

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CONSIGNAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

A ASSEFAZ celebrará convênio(s) com instituição(ões) financeira(s) para possibilitar a concessão de empréstimo consignado em folha de pagamento para seus empregados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para a consignação do empréstimo, deverá ser celebrado, entre a Instituição Financeira e o empregado, um contrato particular de empréstimo, onde deverão constar o valor, o prazo, as parcelas e as garantias em caso de desligamento do empregado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A consignação não poderá exceder a parcela de 30% (trinta por cento) do

salário líquido do empregado solicitante do empréstimo.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese de desligamento do empregado, por qualquer motivo, durante o prazo de ressarcimento do empréstimo, o saldo devedor deverá ser assumido e pago pelo empregado diretamente à Instituição Financeira, não permanecendo qualquer responsabilidade à ASSEFAZ.

PARÁGRAFO QUARTO: A consignação de empréstimo só poderá ocorrer para os empregados que tenham sido efetivados a mais de 12 (doze) meses.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO E CONTRATO TEMPORÁRIO

A ASSEFAZ poderá contratar, quando necessário, empregados através de Contrato por Prazo Determinado e/ou por meio de Contrato Temporário, nos termos da legislação em vigor.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Plano de Cargos e Salários

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - PCCR – PLANO DE CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO

Fica garantida a aplicação, revisão e/ou adequação do PCCR – Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações.

Qualificação/Formação Profissional

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

A ASSEFAZ poderá patrocinar, a seu critério, cursos de aperfeiçoamento profissional de curta duração, desde que identificada a necessidade e que guardem relação direta com as atividades dos empregados. Para os cursos de interesse do empregado, caberá a ASSEFAZ julgar e, se for o caso, conceder a liberação do valor correspondente a até 02 (duas) vezes o salário bruto do empregado solicitante.

PARÁGRAFO ÚNICO: Será descontado na rescisão o que exceder esse valor, nas proporções abaixo especificadas, caso o empregado se desligue a pedido ou por iniciativa da empresa antes de dois anos contados da data de realização do curso, conforme a seguir:

- . Até 06 (seis) meses: 50%
- . Até 01 (hum) ano: 37,5%
- . Até 01 (hum) ano e 06 meses: 25%
- . Até 02 (dois) anos 12,5%

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - GARANTIA AO EMPREGO EM VIAS DE APOSENTADORIA

A ASSEFAZ garantirá estabilidade de emprego aos empregados que estejam a menos de 02 (dois) anos do direito à aposentadoria integral, desde que tenha sido admitido na ASSEFAZ há mais de 10 (dez) anos.

PARÁGRAFO ÚNICO: A concessão desse benefício está condicionada à comprovação pelo empregado do direito à aposentadoria integral, observados os seguintes requisitos: Para homens, comprovar pelo menos 35 anos de contribuição e 65 anos de idade e para mulheres, 30 anos de contribuição e 60 anos de idade.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Compensação de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - BANCO DE HORAS

Fica instituído **BANCO DE HORAS** para a compensação de horas laboradas além do horário normal de expediente, pela correspondente diminuição em outro dia.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para compensar as horas trabalhadas e creditadas no **BANCO DE HORAS**, a **ASSEFAZ** poderá conceder folgas individuais ou coletivas, disto informando previamente o empregado, podendo ainda, lançar mão de folgas adicionais de horas ou dias, atrasos, saídas antecipadas, licenças, prorrogação de férias, pontes para compensação de feriados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para realização de sobre-jornada é obrigatório o prévio consentimento da Presidência ou Superintendência Executiva da ASSEFAZ, conforme o caso.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em caso de rescisão contratual, de qualquer natureza, sem que tenha havido a compensação das horas extras acumuladas no banco de horas, o empregado terá direito ao recebimento destas horas, com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) da hora normal.

Faltas

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - AUSÊNCIAS PERMITIDAS E REMUNERADAS

A ASSEFAZ abonará o ponto dos empregados, nas situações abaixo relacionadas, mediante comunicação ao departamento de pessoal ou unidade administrativa ao qual o empregado estiver vinculado:

- a) 05 (cinco) dias consecutivos de licença para casamento;

- b) 05 (cinco) dias consecutivos de licença, nos casos de falecimento de ascendentes, descendentes, Cônjuge /companheiro (a) e irmãos;

- c) 05 dias consecutivos de licença paternidade, contados do nascimento ou adoção, inclusive provisória;

- d) Inscrição e prova do vestibular, mediante apresentação de declaração, sendo o período de ausência correspondente a 01 (um) dia para cada evento, quando ocorrer em dia útil.

- e) 01 (um) dia a ser combinado com a chefia na semana do aniversário, para tratar de assuntos pessoais. Esse benefício não será cumulativo.

PARÁGRAFO ÚNICO: Fica garantida também a tolerância máxima de 10 (dez) minutos de atraso, por dia, no registro do ponto. Após a utilização desta margem deverá ser descontado o horário integral de atraso.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ATESTADO MÉDICO

A ASSEFAZ reconhecerá, para efeito de abono, atestado médico de comparecimento, manhã ou tarde, limitado a 2 (duas) vezes por mês, sendo que o período excedente será descontado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Todos os atestados médicos, de quaisquer natureza, independentemente do número de dias fixados, para abono de ausência(s), licenças e demais ocorrências/ ausências laborais, deverão ser submetidos à Medicina do Trabalho, disponibilizada pela ASSEFAZ, devendo os referidos atestados médicos a serem submetidos à homologação, ser entregues na ASSEFAZ, no prazo máximo de 2 (dois) dias, pelo empregado ou por alguém da sua confiança.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em caso de gravidez, a comunicação deverá ser feita diretamente no departamento de pessoal da ASSEFAZ ou na unidade administrativa a qual a empregada esteja vinculada.

Sobreaviso

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - SOBREAVISO

A ASSEFAZ poderá escalar empregados no regime de sobreaviso (plantão domiciliar), cuja designação dependerá do prévio consentimento da Presidência ou Superintendência Executiva, com a anuência do chefe imediato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Considerar-se-á sob regime de sobreaviso o empregado que estiver à disposição da ASSEFAZ, aguardando convocação para o atendimento de situação de emergência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para a caracterização do regime de sobreaviso é imprescindível que o empregado tenha recebido comunicação prévia e escrita da respectiva chefia imediata, informando-o da escala.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Pelas horas de sobreaviso, será assegurado ao empregado o direito de compensar o tempo equivalente à 1/3 (um terço) das horas de sobreaviso ou recebê-las no valor equivalente a 1/3 (um terço) da hora normal.

PARÁGRAFO QUARTO: O mero porte de Bip, celular ou laptop não caracteriza hora de sobreaviso.

Férias e Licenças

Duração e Concessão de Férias

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - FRACIONAMENTO DAS FÉRIAS

Fica facultado o parcelamento das férias, a pedido do empregado e de acordo com a concordância da ASSEFAZ, em 02 (dois) períodos: 10/20 dias e 15/15 dias).

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - PARCELAMENTO DE ADIANTAMENTO SALARIAL DE FÉRIAS

Quando da concessão das férias, integrais ou parciais, o empregado poderá optar pelo recebimento de 50% ou 100% de seu salário nominal, a título de antecipação salarial de férias, ou ainda se opor, caso não tenha interesse no recebimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A antecipação será feita juntamente com o pagamento das férias e a sua devolução ocorrerá em até 06 (seis) parcelas, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no mês subsequente ao do término das férias.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A antecipação salarial nas férias será concedida uma única vez, por período aquisitivo, mesmo em caso de fracionamento de férias, e a opção pelo recebimento deverá ser manifestada por escrito, na ocasião da concessão das férias.

Relações Sindicais

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - QUADRO DE AVISO

Fica assegurado ao Sindicato o direito de utilizar os quadros de aviso da ASSEFAZ, nos diversos locais de trabalho, para divulgar assuntos de interesse da categoria, desde que previamente autorizado.

Representante Sindical

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DELEGADO SINDICAL

Nas gerências com mais de 50 (cinquenta) empregados, fica facultado ao SENALBA/MS, promover eleição de Delegado Sindical.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os delegados eleitos terão as prerrogativas e garantias previstas no Art. 543, Incisos 3º e 5º da CLT e art. 8º da CF.

Liberação de Empregados para Atividades Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS

Em Brasília, local de sua sede, a ASSEFAZ liberará, para atuação no Sindicato 1 (um) de seus empregados, à escolha do SENALBA/DF, para cargo na Diretoria do Sindicato, desde que o Sindicato assuma integralmente a remuneração e demais vantagens do referido empregado, não havendo, também, qualquer participação financeira por parte da ASSEFAZ em relação aos pagamentos relativos às respectivas atividades sindicais. A escolha do empregado pelo SENALBA/DF não é ato obrigatório.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS

A ASSEFAZ descontará de seus empregados, independente de serem sindicalizados ou não, o percentual equivalente a 1,0% (um por cento) da remuneração recebida no mês de maio/2010, ou no mês que forem concluídas as negociações, com a assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho e homologação do mesmo pela SRT, conforme decidido na Assembléia específica da categoria e com base no inciso IV, do art. 8º, da Constituição Federal, depositando a importância resultante em conta bancária do SENALBA/MS.

PARÁGRAFO ÚNICO: O empregado poderá se opor ao referido desconto, tendo que fazer requerimento, individual, por escrito ao SENALBA/MS até 10 (dez) dias após o devido registro junto à Delegacia Regional do Trabalho do referido Acordo Coletivo de Trabalho.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES DE CONTRATO DE TRABALHO

Fica garantida a homologação das rescisões de contrato, junto ao SENALBA/MS, dos empregados dispensados com tempo de serviço acima de 12 (doze) meses.

Disposições Gerais

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - NÃO APLICAÇÃO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

Não se aplicam aos empregados da ASSEFAZ, Convenção Coletiva de Trabalho porventura celebrada entre os sindicatos representantes das categorias profissionais e econômicas, em âmbito nacional.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - OUTRAS DISPOSIÇÕES - ABRANGÊNCIA

O presente acordo coletivo será homologado por todos os SENALBA'S estaduais e pela respectiva Federação patronal, a FENAC – Federação Nacional da Cultura, valendo para todo o território nacional onde existam empregados da ASSEFAZ.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - MULTA POR DESCUMPRIMENTO

Havendo descumprimento das obrigações estabelecidas no presente Acordo Coletivo, caberá ao SENALBA/MS notificar à ASSEFAZ no prazo máximo de 07 (sete) dias após o recebimento da reclamação emitida pelo empregado; esta por sua vez, terá o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar justificativa plausível, visando assim o não pagamento de multa de 01 (um) salário mínimo vigente em favor do empregado prejudicado por cada cláusula descumprida.

PARÁGRAFO ÚNICO: A ausência da notificação pelo SENALBA/MS, no prazo estabelecido, bem como, a constatação de razões alheias à vontade da ASSEFAZ para o alegado descumprimento, ensejará a insubsistência da multa.

Outras Disposições

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DIVULGAÇÃO DO ACORDO

A ASSEFAZ fará a divulgação do presente Acordo Coletivo de Trabalho - ACT, a todos os seus empregados na *intranet*, em até 03 (três) dias úteis, contados do registro na SRT / MTE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - FORO

Eleito o foro de Campo Grande - MS, ficando autorizado às partes intentarem judicialmente em qualquer esfera, caso ocorra descumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho.

FLAVIA SILENE VILALBA

Gerente

FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

MARIA JOANA BARRETO PEREIRA

Presidente

SINDICATO DOS EMPREGADOS DE SERVIÇOS SOCIAIS E DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES